

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6331 - SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2019



AMANHÃ TEM DEBATE NO SINDICATO

O Sindicato convida toda categoria a participarem do debate “Reforma da Previdência: Impactos negativos à classe trabalhadora”, com a Supervisora Técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), Ana Georgina Dias.

Na oportunidade, Ana Georgina irá tratar dos aspectos nocivos dessa proposta, bem como quais são as orientações do Dieese para com a classe trabalhadora.

O encontro será realizado no auditório do

Debate Reforma da Previdência

Data: 16 de abril - terça-feira
Local: Auditório do Sindicato dos Bancários de Itabuna
Horário: 18h
Palestrante: Ana Georgina Dias - Supervisora Técnica do Dieese

Participem!

PEC: 06/2019

IMPACTOS NEGATIVOS À CLASSE TRABALHADORA

O Sindicato dos Bancários convida a todos os trabalhadores e trabalhadoras a comparecer ao debate sobre a Reforma da Previdência Social que foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal.

Os impactos são extremamente nocivos e a luta é imprescindível.

Contamos com a participação de todos (as)!



Sindicato, a partir das 18h.

Participem!

CAIXA: COMANDO COBRA COMPROMISSOS E DEFESA DO BANCO EM MESA PERMANENTE

Na primeira negociação da mesa permanente após a reunião com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o Comando dos Bancários buscou garantir oficialmente os assuntos abordados com o executivo.

Por isso, a contratação de empregados, a retirada da participação da Caixa no Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e o ataque da direção contra a imagem do banco público dominaram a pauta da sexta-feira (12), em Brasília (DF).

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) cobrou que a Caixa cumpra o compromisso, assumido pelo presidente do banco, de fazer novas contratações até atingir o teto estabelecido pelo SEST de 87 mil empregados. A posição dos representantes da Caixa foi de que não há nenhuma posição oficial sobre contratações e que o assunto ainda está em estudo, mas que havendo algo será trazido para ser acordado em mesa.

Os empregados também protestaram contra a redução da participação dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e a retirada da representação do banco nesta instância. Com uma faixa em defesa do fundo, os representantes dos empregados destaca-



ram a falta de posicionamento da direção da Caixa sobre a medida.

A Caixa alegou que foi cumprida uma determinação do Ministério da Economia.

Intervalo 30 minutos - A Caixa anunciou que foi adiada do dia 15 para 22 de abril a implantação do intervalo de 30 minutos para os empregados com jornada de seis horas. A ampliação do descanso, que antes era de 15 minutos, foi uma conquista do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020, com objetivo garantir a saúde dos trabalhadores. A CEE levou para mesa a reivindicação dos empregados de que o cumprimento do intervalo seja opcional.

Ficou definido que o tema voltará a ser debatido na próxima reunião, para avaliar o impacto da aplicação do intervalo e eventuais demandas dos trabalhadores.

*Matéria completa em nosso site!

Fonte: Contraf

ABRIL VERDE PELA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO



Com a finalidade de conscientizar a sociedade a respeito das questões relacionadas à saúde e segurança do trabalho, neste mês as cidades brasileiras iluminam vários pontos com a cor verde, em uma alusão ao Abril Verde. O objetivo é reduzir os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais através da conscientização.

Hoje, os bancos respondem por apenas 1% dos empregos no Brasil, mas foram os responsáveis por 5% do total de afastamentos por doença entre 2012 e 2017, segundo dados do Ministério Público do Trabalho. Metas, assédio moral e estímulo à competitividade afetam a saúde dos bancários, que estão entre as categorias que mais adoecem no país.

A conscientização deve partir principalmente dos empregadores, que parecem não se importar com a saúde laboral. O Abril Verde busca criar uma cultura de prevenção e cuidado, tanto para o bem-estar físico quanto psicológico. (SBBA)

SATÂNICO - É a demonização do divino. Dentro da estupidez que o caracteriza, Bolsonaro chega ao cúmulo de afirmar, em reunião com pastores, que o Brasil vota na ONU segundo a bíblia e por isso apoia os Estados Unidos e Israel. Os dois países são acusados, com fartas provas, da prática de terrorismo de Estado e genocídio. É esse o Deus do presidente? Cruz credo.

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: **ETINGER**

Tarde: **CHICÃO**

BOLSONARO OFERTA AMAZÔNIA AOS EUA COLOCANDO FUNAI E INDÍGENAS EM RISCO

Para o presidente Jair Bolsonaro (PSL), existe uma “indústria” de demarcação de terras indígenas, sustentada por integrantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), que impede o desenvolvimento da Amazônia. “O que puder rever, eu vou rever”, disse sobre as demarcações de terras em entrevista à rádio Jovem Pan no último dia 8. A solução defendida pelo presidente é a exploração do território em “parceria” com os Estados Unidos.



Por Lu Sudré, do Brasil de Fato

Os primeiros passos para fortalecer essa relação foram institucionalizados no mês passado. Durante visita diplomática aos EUA, Roberto Castelo Branco, secretário nacional de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, assinou uma carta de intenção junto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid - United States Agency for International Development, em inglês), defendendo a exploração estrangeira na Amazônia.

“É nosso entendimento mútuo que liberar o financiamento privado para empresas sustentáveis na Amazônia fortalece a autonomia e o bem-estar das comunidades e empreendedores que dependem da floresta na Amazônia, e cria oportunidades para a conservação da biodiversidade, a restauração da terra e a redução do desmatamento, o que pode levar à substituição de práticas ilegais e insustentáveis por opções legais e sustentáveis”, diz o texto, que anunciou um fundo de investimento de US\$ 100 milhões para a região, a maior parte financiada por empresas privadas.

Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), critica os posicionamentos do presidente e as ações adotadas por seu governo. “A política do Bolsonaro tem se mostrado, desde a campanha, uma política genocida para os povos indígenas. A agenda dele pra Amazônia é uma agenda totalmente destrutiva. É isso que ele vem negociando: a entrega dos nossos recursos naturais para o estrangeiro”, ressalta Guajajara.

De forma contundente, a indígena denuncia o desmonte da política indigenista no país: “Tudo isso é uma negociação clara [no sentido] de impedir a demarcação de terras indígenas ou de reverter territórios já demarcados e, com isso, negar nosso direito territorial, que é o direito a nossa própria identidade”.

Segundo Carlos Marés, jurista e ex-presidente da Funai, para se pensar o desenvolvimento da Amazônia é necessário elaborar um plano global que considere seu papel no equilíbrio do ecossistema do planeta e na sobrevivência das populações originárias da região.

“A primeira questão da Amazônia, se pensar em um planejamento, é perguntar aos povos que vivem na Amazônia, principalmente aos indígenas mas também aos quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, como é que faz pra melhorar as condições de vida na Amazônia. Enquanto não perguntarem para essas populações, estarão destruindo”, critica Marés. “Destruir a natureza da Amazônia é destruir as populações e se destruir as populações, se destrói a natureza. As duas coisas estão juntas. Qualquer perspectiva sem o planejamento que consulte os povos que estão na Amazônia e vivem lá, é devastador e colonial”.

O ex-presidente da Funai reitera que, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - sobre povos indígenas e tribais -, todo e qualquer ato do governo deve passar por um processo de consulta a essas populações.

Após afirmar que pretende rever as demarcações, Bolsonaro minimizou as especificidades dos indígenas e defendeu a possibilidade de venda das terras. “O índio é um ser humano igual a eu e você. Ele quer energia elétrica, ele quer dentista para arrancar o toco de seu dente que está doendo, ele quer médico, ele quer internet”, disse.

A declaração foi condenada por quem conhece de perto a resistência dos povos originários no Brasil. Em entrevista ao Brasil de Fato, um funcionário da Funai que preferiu não se identificar criticou o posicionamento do ex-presidente.

“Muito mais do que ‘querer dentista para arrancar (sic) o toco (sic) de seu dente que está doendo’, o indígena quer fazer uma faculdade de odontologia, de enfermagem e de medicina, e quer voltar para a sua comunidade, manter a sua cultura viva, promovê-la e promover o bem-estar dos seus”, enfatiza.

“Ao contrário do que ele [Bolsonaro] pensa, ou diz pensar, os indígenas não são seres humanos como ele, ou como nós. Só na Cabeça do Cachorro [Noroeste do Amazonas] são 26 etnias que coexistem há milênios e não têm a menor intenção de serem incorporadas ou ‘aculturadas’. Daí, a necessidade de um órgão indigenista com profissionais que entendam essa especificidade”, diz o trabalhador da Funai, que atuou em Barcelos (AM) na área da saúde.

Funai na mira

Uma das primeiras medidas tomadas por Bolsonaro assim que chegou ao governo foi transferir ao Ministério da Agricultura a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas. Estas eram algumas das principais atividades executadas pela Funai nos últimos 30 anos, órgão que passou a ser subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na opinião de Carlos Marés, esse é mais um fator que sinaliza a articulação de uma política deliberada do governo Bolsonaro de desmonte das políticas indigenista - que, segundo ele, também ocorria no governo Temer (MDB): “Evidentemente é uma tentativa de esvaziar a própria Funai. E se ele tenta esvaziar a própria Funai é porque reconhece que ela tem uma participação indígena. Se lhe der força, ela irá defender os direitos indígenas”

Para Sônia Guajajara, a Funai é considerada um empecilho para o governo: “A transferência [de ministérios] é uma forma disfarçada de extinguir. Ele [Bolsonaro] esfacelou a Funai toda e não tem como operar sem condições financeiras, sem autonomia”, lamenta. “A Funai virou essa moeda de troca, submissa às decisões do governo.” (Portal Vermelho)